



**X COLÓQUIO
INTERNACIONAL**
"Educação e Contemporaneidade"
22 a 24 de Setembro de 2016
São Cristóvão/SE - Brasil



ISSN: 1982-3657

TENTATIVAS DE RENOVAÇÃO DO ENSINO RURAL NA DÉCADA DE 1930: ACESSO E A FORMAÇÃO DE MESTRES-ESCOLAS DO CAMPO

GEORGE LEONARDO SEABRA COELHO

EIXO: 3. EDUCAÇÃO NO CAMPO, MOVIMENTOS SOCIAIS

Resumo: Neste artigo avaliaremos como o tema da organização da Escola primária no campo, a sua função patriótica, a formação de mestres-escolas, a preocupação com metodologias pedagógicas específicas para o campo, a crítica referente a urbanização da educação rural e a falta de estrutura dos estabelecimentos educacionais no campo são postas no I Congresso de Educação Rural em 1937. Veremos como esses temas foram apropriados pelo Movimento Bandeira e divulgado pela revista *S. Paulo* e pelo jornal *Anhanguera*. Não consideramos que esses temas sejam exclusivos do ideário bandeirista, mesmo assim, veremos como o ideário deste grupo se colocou na arena política da década de trinta como uma proposta autoritária de remodelação da Nação. Nesse sentido, esse estudo pode contribuir com o entendimento dos avanços e retrocessos das propostas que pretendem oferecer uma educação *do* e *no* campo. **Palavras-chave:** formação; Nação; desenvolvimento. **RENEWAL ATTEMPTS RURAL EDUCATION IN THE DECADE OF 1930: ACCESS AND TRAINING COURSE MASTERS SCHOOLS Abstract:** In this article, we analyzed how the topic of primary school organization in the field, their patriotic function, the formation of schoolmasters, concern about specific teaching methods in the field, the complaint concerning the urbanization of rural education and the lack of structure of educational establishments in the field are placed in the I Congress of Rural Education in 1937. We will see how these issues were appropriated by the Movement Flag and published by the magazine *S. Paulo* newspaper and the *Anhanguera*. We do not consider that these issues are unique to ideas bandeirista yet, we'll see how the ideas of this group was placed in the political arena of the thirties as an authoritative proposal for remodeling the nation. Thus, this study may contribute to

the understanding of the ebbs and flows of proposals intended to offer an education and in the field. **Keywords:** training; Nation; development.

APRESENTAÇÃO No que concerne ao fortalecimento da educação popular vemos nos últimos anos o reforço da identidade dos movimentos sociais que lutam por uma Educação do Campo. Essa luta ganha respaldo através da luta por políticas públicas que garantam o seu direito a uma educação que seja *no* e *do* campo. Segundo Roseli Salete Caldart (2002), essa expressão *do* e *no* tem uma concepção específica: *no* significa que o povo tem direito a ser educado no lugar onde vive; *do* quer dizer que o povo tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação. Apesar de essa tendência ganhar destaque nos últimos vinte anos, vemos preocupações com a educação específica para as populações rurais desde a década de 1920. Uma delas e que será objeto de investigação deste artigo foi proposta pelos intelectuais reunidos em torno do Movimento Bandeira (1935-1937). O Movimento Bandeira – denominaremos seus simpatizantes como “novos bandeirantes” ou bandeiristas^[i] – foi organizado por Menotti del Picchia e Cassiano Ricardo entre 1935 e 1937. Os principais meios de divulgação das ideias do grupo foram a revista *S. Paulo*^[ii] e o jornal *Anhanguera*^[iii]. Tal ideário apropriou-se de uma série de enunciados literários verde-amarelos do Modernismo e os transformou em enunciados políticos para combater o Comunismo, o Integralismo e o Liberalismo. Além de defender a instauração do Estado Forte e da Democracia Social Nacionalista, os bandeiristas também apoiaram a candidatura de Armando de Salles Oliveira na campanha eleitoral à presidência marcada para 1938. Juntamente a essas posições políticas, esse grupo idealizou uma configuração especial para o ensino rural e para a formação de mestres-escolas para o campo. A leitura das diretrizes do ideário bandeirista nos oferece uma dupla observação: demonstra a apropriação de enunciados do poema *Martim Cererê* (1927) e, ao mesmo tempo, expõe como esse ideário fez usos desses enunciados na imprensa para elaborar um projeto nacional. Os periódicos e o poema citados são fundamentais para demonstrar como, por meio desses suportes, ocorreu a apropriação simbólica proposta por Roger Chartier (1990) e a intertextualidade defendida por LaCapra (1998) entre diversos textos e contextos, com os quais, os bandeiristas dialogavam. E mais, através desse aparato conceitual foi possível delinear as trocas simbólicas entendidas por Pierre Bourdieu (1999) que subsidiaram a ideologia dos “novos bandeirantes”. Consideramos de antemão, que tal arquitetura discursiva – encontrada na imprensa e na literatura – foi fundamental para a exposição do “pensamento bandeirante” como expressão máxima da mística paulista, mística esta, que supostamente seria a única capaz de exaltar a raça e delinear os destinos do Brasil. A partir desses apontamentos, o objetivo aqui é abordar alguns pontos de encontro entre posições literárias, políticas e educacionais que subsidiaram a associação entre o Ensino Rural e a formação de professores do campo no ideário do Movimento Bandeira. Sendo nosso objetivo neste artigo avaliar a questão do

Ensino Rural e a configuração da reorganização do campo sob a ótica do ideário bandeirista, observaremos neste texto: a apropriação de enunciados literário, as ações administrativas de Armando de Salles Oliveira direcionadas para o Ensino Rural e os debates do I Congresso Brasileiro de Ensino Rural. **PRODUÇÃO RURAL, NAÇÃO E OUTRA EDUCAÇÃO PARA O CAMPO: O PRIMIERO CONGRESSO DE EDUCAÇÃO RURAL** Em todas as versões do poema *M. C.*, vemos uma visão do mundo estática, quando não saudosista de um espaço rural que se transforma pela modernidade. Predominam, também, as mentalidades ruralista e republicana, dada a importância do bacharel que sai da fazenda para a cidade. Uma das formas de apropriação deste poema foi a revista *S. Paulo* publicada em 1935 e dirigida pelo mesmo autor do poema citado. O corpo editorial desta revista desloca os enunciados do poema para o mensário, porque também outro era o público que pretendia alcançar. Nesse novo suporte, a imagem unida ao poema, fatalmente, lhe daria nova interpretação e cativaria um novo público. Essa forma de relação autor-obra-público não é uma novidade escolhida por Cassiano Ricardo, mas uma expressão das mudanças na comunicação de massa do século XX. O século XX pode ser posto como a era da reprodutibilidade, como bem lembra Walter Benjamin (1955). Nesse novo tempo, ocorre uma mudança não apenas tecnológica, mas uma mudança na forma de perceber e expressar o mundo. Para o autor, no início do século XX, a reprodução atingiu um nível tal que conquistou o seu próprio lugar entre os procedimentos artísticos e publicitários. Com base nessas associações observadas pelo filósofo alemão, podemos analisar as maneiras como o corpo editorial da revista *S. Paulo* arquitetou os vínculos entre a riqueza da produção agrícolas, as criações artísticas e a necessidade de renovação do ensino rural. Nas reportagens, a produção cafeeira é denominada como “exército verde”, no qual, todos os lavradores estão “irmanados no trabalho nobre e fecundo”^[iv] (*S. PAULO*, 1936, ano 1, n. 8). De acordo com as reportagens, o avanço da lavoura que “desbrava, civiliza e fecunda o sertão” manifesta “o critério de disciplina e organização que caracteriza São Paulo” (Idem). No intuito de valorizar a produção cafeeira, os redatores afirmam que

o café que civilizou o país [...] fixou suas populações rurais, fez surgir as cidades [...] Suas possibilidades [...] atraíram o forasteiro, concorrendo para adensar a variegada massa demográfica da nação. Sua riqueza deu recursos à administração, que foi dotando o país dos processos mais modernos de viação, assistência social e sanitária, cultura e instrução (*S. PAULO*, 1936, ano 1, n. 5). De acordo com os redatores, a “derrubada do sertão bruto” para a “investida geométrica dos cafezais” e o “arremesso dos andaimes para a construção da nossa metrópole” refletem o “conflito humano com a natureza”, ou seja, a civilização é mais um “extraordinário milagre dos nossos cafezais” (Idem). Considerando que o mundo rural faz parte do corpo temático do poema *M. C.*, ao lado do café, outras produções agrícolas

também recebem destaque nas reportagens do mensário em questão. Segundo os redatores, as culturas do abacaxi, do abacate e da laranja podem ser direcionadas para o consumo e exportação. A produção do fumo, do algodão, do arroz, da cana e do milho seriam as novas produções incorporadas ao quadro policultor paulista. No rol das atividades econômicas, a pecuária também é inserida nas reportagens com textos, imagens e dados numéricos, os quais expõem a prosperidade dessa economia. Aspectos econômicos do mundo rural já poetizado no *M. C.* são apropriados e transportados para o texto publicitário para divulgar as ações do governo de Armando de Salles e a prosperidade econômica de São Paulo. Como parte da remodelação do ensino promovida pela administração do governador Armando de Salles, o mensário informa sobre as ações governamentais para educação em áreas rurais. De acordo com os redatores, “as escolas e clubes agrícolas” fazem parte de um “vasto plano de ensino profissional” no estado paulista (*S. PAULO*, 1936, ano 1, n. 6). Na imagem a baixo vemos uma reportagem organizada a partir de uma série de imagens sobrepostas ao estilo das fotomontagens^[v] da vanguarda modernista. Nas fotomontagens encontradas na revista vemos meninos e meninas selecionando sementes e cuidando de hortas, ou seja, trabalhando coletivamente ao modo cooperativista. Em uma placa presente nesta propaganda, encontramos a inscrição: “Por um grão a terra, nos dá cem” (*S. PAULO*, 1936, ano 1, n. 6). Como parte da remodelação do ensino do Estado de São Paulo, os redatores bandeiristas questionam “quais os conhecimentos de trabalho, preparador de riqueza, que a nossa população escolar rural trazia para a vida?

” (*Idem*). Esse questionamento tinha um objetivo bastante específico em relação a produção econômica, segundo os redatores, a “criança, no interior do estado, ao terminar seu curso primário, sabe ler e escrever, mas ignora por completo, como planta um produto, qual o preparo do solo e os métodos adequados de cultura” (*Idem*). Nos limites de interesse desta geração de intelectuais, vemos a preocupação com a utilização de um conhecimento deslocado das necessidades dos sujeitos do campo. De acordo com os redatores bandeirista, “educadores eméritos resolveram em parte a questão, idealizando clubes agrícolas” que se “destinam a dar à criança de ambos os sexos ensinamentos rurais” (*Idem*). Mas, somente isso não é necessário, pois, segundo os bandeiristas, esses

pequenos lavradores, mais tarde, teriam dificuldades no escoamento da produção, pela falta dos necessários rudimentos comerciais. Daí a necessidade de se estabelecer uma seção comercial, orientada pelos princípios do cooperativismo (Idem). Os responsáveis pela publicidade na revista informam como estão organizados esses Clubes de Trabalho. Segundo esses “gestores da informação”, esses Clubes estão localizados

nos núcleos de população em que, dentro de um raio de 3 quilômetros, seja possível recrutar cem sócios, entre crianças e adolescentes de 12 a 18 anos, irá dar novo impulso a lavoura paulista, pois ele tem por objetivo: formar na primeira mocidade, hábitos de trabalho e de valorização do esforço humano, afim de, pela aplicação de métodos racionais, estimular e fomentar a produção econômica do estado, e facilitar o seu escoamento mediante a divulgação de melhores práticas de comércio, tanto do ponto de vista ético, como técnico (Idem). Sendo a produção agrícola a principal economia paulista, ela também é inserida no discurso voltado para o Ensino Rural e nacionalista. Com o intuito de associar o Ensino Rural ao desenvolvimento da economia agrária paulista e nacional, os “novos bandeirantes” tem uma preocupação especial com a educação direcionada para as populações rurais. Essa preocupação pode ser encontrada nas páginas do jornal *Anhanguera* através da divulgação do 1º Congresso Brasileiro de Ensino Rural realizado em agosto de 1937. A partir de junho de 1937 os redatores do jornal *Anhanguera* começam a divulgar o 1º Congresso Brasileiro de Ensino Rural que será realizado no Teatro Municipal em São Paulo entre os dias 24 e 27 de agosto de 1937 por iniciativa da Sociedade Luiz Pereira Barreto (SLPB). Segundo os redatores bandeiristas, a SLPB, “vem promovendo intensa propaganda pela maior e melhor difusão do ensino rural entre as populações campestres” (*ANHANGUERA*, 1937, 23 de agosto, ano 1, n. 49, p. 1). Neste evento estarão presentes professores do Ceará, do Maranhão, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Pará, Paraná, Bahia e Paraíba. A Presidência de honra está a cargo de J. J. Cardozo de Mello Neto governador do estado de São Paulo e a presidência estará a cargo de Cantídio de Moura Campos, o então Secretário da Educação e Saúde Pública paulista. Esse congresso, segundo a imprensa bandeiristas, é “um grande passo dado em prol do ensino adequado aos trabalhadores rurais que carecem, e muito, de ensinamentos outros que não

apenas o saber ler, escrever e contar” (*ANHANGUERA*, 1937, 7 de julho, ano 1, n. 10, p. 5). Durante o Congresso, esse assunto será debatido em sessões plenárias e, que “depois de aprovados a SLPB os enviará para os governadores” e “remetido à Comissão de Educação da Câmara Federal” para que seja incluído “no Plano Nacional de Educação” organizado pelo ministro de Educação [...] Gustavo Capanema (*Idem*). Segundo os redatores bandeiristas, outra questão que será abordada no Congresso se refere a

escola primária que mais convém ao Brasil: sua organização, seus programas e horários; o professor especialista de que necessita; sua adaptabilidade ao meio em que vai servir; sua influência sobre as populações rurais; o saneamento e a difusão de princípios de higiene pela escola primária; assimilação de imigrantes; a melhoria e o aumento da produção etc. enfim, tudo que interesse diretamente ao homem campestre (*Idem*). Segundo os redatores bandeiristas, esse é um esforço útil e patriótico que está na responsabilidade da Secretaria de Educação e Saúde Pública do estado de São Paulo, secretaria esta que, segundo os bandeiristas, está preocupada com a localização das escolas e a organização das salas, “as possibilidades de instalação dos professores e aos meios de condução” (*ANHANGUERA*, 1937, 10 de julho, ano 1, n. 13, p. 7). Mesmo com os obstáculos, como a difusão da população e as dificuldades materiais encontradas na instalação e manutenção tanto da escola como do professor, os redatores destacam o crescimento no número de escolas no estado de São Paulo. Mesmo com o aumento considerável no número de escolas direcionadas para o ensino rural, segundo os bandeiristas, somente existem no estado de São Paulo, em “regular funcionamento, 5 grupos escolares rurais, que aplicam o programa de ensino primário [...] através de atividades agrícolas elementares e de problemas de interesse local” (*Idem*). Os bandeiristas ao apropriarem do discurso pedagógico no discurso político apresentam suas propostas direcionadas para o ensino rural, propostas essas, que serão foco de debates no 1º Congresso Brasileiro de Ensino Rural. Vejamos no fragmento retirado do jornal *Anhanguera* como é cara a necessidade de organização de um novo modelo de educação rural.

A administração escolar tem procurado, através de seus órgãos técnicos e de suas publicações, dar ao ensino primário da roça orientação mais consentânea com o meio rural e suas necessidades. Para esse fim, foram

instituídas escolas rurais experimentais, cuja organização e cujos resultados estão sendo divulgados entre os professores. Efetuando-se também dois cursos de férias, destinados aos mestres rurais. Por último, a escola normal de São Carlos realizou com maior proveito um curso de especialização para normalistas candidatas ao magistério primário na roça desenvolvendo, nos quatro meses de aulas, um programa que abrangeu questões de educação primária, de sociologia rural e de higiene aplicada à vida do roceiro (Idem). Frente a necessidade de instituir um novo modelo de educação rural, os objetivos do 1^a Congresso Brasileiro de Ensino Rural será a “elaboração de um completo plano de ensino rural para o país”, o qual será discutido por “médicos, agrônomos e educadores” (ANHANGUERA, 1937, 13 de julho, ano 1, n. 15, p. 7). Essas providências direcionadas para a escola primária pretendem elaborar um programa “necessário de reerguimento social e econômico da Pátria”, e mais, “integrar esse poderoso agente renovador na ação patriótica de valorização do homem do campo, por meio de uma educação utilitária e prática capaz de o encaminhar para uma nova vida, mais confortável e mais produtiva” (Idem). Para que essa ação produtiva ocorra, os bandeiristas afirmam que o caboclo “está a exigir das autoridades a assistência que necessita para o bom desempenho de sua tarefa como elemento produtivo” (ANHANGUERA, 1937, 24 de julho, ano 1, n. 24, p. 2). De acordo com os bandeiristas, “é sabido que, apesar do ensino rural ter que atender as peculiaridades locais, é preciso convir também que ele, em absoluto não pode deixar de satisfazer aos interesses de ordem geral e que são, ao mesmo tempo os supremos interesses da Pátria” (Idem). Outra preocupação além da produção é o “preparo do mestre para a zona rural”, pois para a educação que solucione “problema econômico do país [...] é indispensável que a mão de obra esteja preparada”, ou seja, “para o preparo do obreiro só a escola, e para a escola que desempenhe esta função, só o mestre especialista” (Idem). Deve-se defender a “inclusão de uma parte pedagógica e didática para a formação de mestres rurais” que mudarão por “completo a feição do ensino primário, concorrendo para que ele finde sua tarefa desastrosa de fomentador do êxodo dos campos” (ANHANGUERA, 1937, 24 de agosto, ano 1, n. 50, p. 1). Segundo os bandeiristas, é “mister que esses abnegados professores tenham outras e melhores regalias e direitos, além dos estatuídos para os que vivem confortavelmente nos centros urbanos”, assim como, “uma remuneração

compensatória" (*ANHANGUERA*, 1937, 6 de agosto, ano1, n. 35, p. 2). Uma das manchetes desse jornal deixa bem clara qual é a proposta de elaboração de um plano de ensino rural para o Brasil e os objetivos principais do Congresso:

Conhecer o pensamento de cada Estado em matéria de educação rural [...] estudar e discutir nos mínimos detalhes a situação do mestre – o que se destina, especialmente às zonas rurais, onde, por falta de conforto material, tem de enfrentar os problemas mais sérios e as vezes, mais angustiosos do magistério público (Idem). Segundo Honório de Sylos, não é "possível esquecer o problema da residência, da casa para a escola e para o mestre", pois no campo "é um verdadeiro drama a vida do professor (geralmente do sexo feminino) na casa dos administradores e fiscais" (*ANHANGUERA*, 1937, 24 de agosto, ano 1, n. 50, p. 3). Uma reportagem com Honório de Sylos sobre as soluções para o "problema da escola rural" expõe em linhas gerais como devem ser encaminhadas as discussões no referido Congresso. O entrevistado considera que o

ensino hoje ministrado, nas fazendas, constitui, a meu ver, pernicioso veículo de urbanização. Porque: 1º) O professor é, por assim dizer, agressivamente urbanista. Só fala da cidade, fazendo extensivamente sua propaganda. 2º) Os programas não são traçados, especialmente, para o campo. Só teremos a "escola rural" autêntica, com professor especializado. Para isso, é necessário criar "Escolas Normais Rurais", que deverão ser localizadas na Zona rural (*ANHANGUERA*, 1937, 24 de agosto, ano 1, n. 50, p. 3). O entrevistador questiona: "Que poderá a escola fazer em prol do preparo do homem do campo para uma vida de racional trabalho produtivo?". Vejamos a resposta de Honório de Sylos: "Tudo. O professor, diplomado pela Escola Normal Rural, terá [...] noções de agricultura e higiene rural e poderá dirigir, ao lado da escola um pequeno campo e experiências. Suas lições, assim, não caberão dentro de quatro paredes de uma sala de aula" (Idem). De acordo com essa perspectiva, o professor rural também precisa ser auxiliado pelo médico, pois o mestre-escola completará a ação higienista. O entrevistado afirma que o professor deve contribuir para o saneamento das "fazendas. Melhorando as casas dos colonos, geralmente infectas. Desenvolvendo o gosto pelos esportes. Numa palavra, embelezando a vida rural" (Idem). Os redatores bandeiristas divulgam as

ações da Escola Rural do Paraná, a qual está subordinada a Pasta da Agricultura daquele estado. De acordo com as notícias, neste estado criaram as Escolas de Trabalhadores Rurais com a destinação de formar “os futuros administradores rurais” (ANHANGUERA, 1937, 23 de agosto, ano 1, p. 49, p. 1). Os “novos bandeirantes” descrevem a organização da Escola de Trabalhadores Rurais de Curitiba, a qual se organiza em

regime de internato [e] se destina a matrícula dos adolescentes pobres menores de 14 anos de idade. É inteiramente gratuita e ministra o ensino primário e complementar. Anexo a escola há um terreno cultivável de quase 8 alqueires para as práticas agrícolas dos alunos que ali excutam toda a ordem de trabalho rural, sob a direção técnica e de professores especializados (ANHANGUERA, 1937, 23 de agosto, ano 1, n. 50, p. 1). Segundo os defensores da reorganização da educação Rural, somente por meio do ensino rural utilitarista e prático “pode-se chegar a mudar a nossa mentalidade agrária dominante” (Idem). Para os defensores dessa proposta, o Estado deve “estimular a disseminação do ensino rural, para que se obtenha a finalidade visada ao aumento e a melhoria da produção agrícola” e “tirar o máximo da terra” (Idem). Vemos como é cara o tema da organização da Escola primária no campo, a sua visão patriótica, a formação de mestres-escolas, a preocupação com metodologias pedagógicas específicas para o campo, com a crítica a urbanização da educação rural e a falta de estrutura dos estabelecimentos educacionais no campo para os responsáveis pela organização do I Congresso de Educação Rural em 1937.

CONSIDERAÇÕES FINAIS Como afirmado, vemos neste artigo como os temas do Ensino Rural e a formação de Professores do Campo são tratados na revista *S. Paulo* e no jornal *Anhanguera*. Não consideramos que esses temas sejam exclusivos do ideário bandeirista, visto que, esse debate já estava posto pelos Pioneiros da Educação Nova^[vi]. Mesmo que essa relação não seja inaugurada com o ideário bandeirista, esse grupo apresentou uma forma peculiar de abordar o tema. Para compreender melhor como essas questões educacionais postas pelos “novos bandeirantes”, primeiramente realizamos uma contextualização do período em que esse ideário se constituiu e apresentamos os principais pontos do debate bandeirista exposto no I Congresso de Educação Rural. Após o encerramento do evento, os representantes do 1º Congresso Brasileiro de Ensino Rural destacaram alguns pontos para serem levados adiante pelos órfãos competentes.

Vejamos os principais pontos:

- criação de “escolas primárias típicas rurais” e “transformação das já existentes”;
- “oficialização e fundação de Clubes Agrícolas Escolares e de Clubes de Trabalhos”;
- “criação de superintendência de Ensino Rural nos Estados”;
- obtenção de “um terreno com sua área mínima de um hectare para essas escolas típicas rurais”;
- “criação e impressão pelos governos de um periódico para larga distribuição gratuita às crianças e professores das zonas rurais, de assuntos de agricultura prática, zootecnia aplicada e pedagogia rural”;
- “criação de missões técnicas culturais destinadas a realizar cursos rápidos para as populações rurais”;
- “impressão e divulgação de livros didáticos destinados a zona rural” e “preparo de filmes educativos sobre motivos ruralistas”;
- fundação de uma “estação transmissora para divulgação de noções de agricultura, zootecnia, higiene, pedagogia rural e educação física”;
- “organização pedagógica [...] de caráter regional” e “estimular por todos os meios, o espírito de brasilidade”;
- As escolas rurais devem “assistência de um médico e de um agrônomo”.

Apesar das deliberações, a grande decisão foi a necessidade de criar as “Escolas Normais Rurais” em São Paulo dependente da Escola Profissional Agrícola do Espírito Santo do Pinhal. Segundo os representantes do Congresso, a divulgação de todas as decisões “visam de qualquer maneira, a melhoria das precárias condições de vida do homem do campo” de acordo com “as necessidades e os interesses do homem do campo” (ANHANGUERA, 1937, 23 de agosto, ano 1, n. 49, p. 1). Além desses resultados, os organizadores do congresso irão organizar um Concurso de monografias com o máximo de 20 páginas entre os agrônomos e médicos veterinários do Brasil com o título “Pelo Caboclo do Brasil”. Como podemos ver, essa preocupação com a formação de professores para o campo, com os conteúdos trabalhados nas escolas do campo e toda a gama de dificuldade imposta a educação do e no campo já alcançam quase cem anos de discussões. Quanto a sua efetivação, ainda temos um longo caminho a percorrer.

* Doutor em História pela Universidade Federal de Goiás, atualmente é professor do curso de Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal do Tocantins-Arraias e líder do Grupo de Estudos sobre Sertão, Povo e Educação (GESPE). E-mail: george.coelho@hotmail.com

. Esse artigo é resultado de pesquisas desenvolvidas junto ao Grupo de Estudo sobre Sertão, Povo e educação (GESPE) coordenado pelo Prof. Dr. George Leonardo Seabra Coelho e as atividades

desenvolvidas pelo Curso de licenciatura em educação do Campo da Universidade Federal do Tocantins-Arraias. [i] O termo bandeirista pode ser confundido com intelectuais que estudam as expedições que adentraram o interior da colônia portuguesa no século XVII em busca de indígenas para serem escravizados e pedras preciosas, mas quando esse termo aparecer nesse texto ele tem o mesmo valor de “novos bandeirantes”, ou seja, ele fará referência aos integrantes do Movimento Bandeira.

[ii] A revista *S. Paulo* circulou em 1936 sob a direção de Cassiano Ricardo, Menotti del Picchia e Levém Vanpre. O mensário foi impresso pela gráfica de Romiti e Lanzara, com fotografias de Theodor Pressing (1883-1962) e Benedito Junqueira Duarte (1910-1995), e contava com a colaboração de Lívio Abramo (1903-1992) na produção gráfica, J. T. W. Sadler na tradução para o inglês, Osmar Pimentel (1912-1969) e Francisco de Castro Neves (1914-1974) como redatores.

[iii] Esse jornal foi dirigido por Cassiano Ricardo, Menotti del Picchia e Candido Motta Filho entre junho e setembro de 1937 e contava com a colaboração de Osmar Pimentel como redator principal, Guilherme Figueiredo (1891-1997) como crítico literário e Belmonte (1891-1997) como ilustrador.

[iv] Em outra reportagem, os redatores parabenizam os “cuidados que os lavradores paulistas dispensam” a sua produção, quer “na colheita, quer na secagem, quer na exportação” (*S. PAULO*, 1936, ano 1, n. 8). A reportagem “Cafés finos” sugere uma espécie de “oração religiosa” que o produtor deveria repetir: “Cafeicultores do Brasil! Cuidai de colher em boas condições; vigiai com o máximo cuidado os trabalhos no terreiro ou nos secadores; atentai em que a máquina esteja bem regulada, para que os trabalhe sem prejudicar o produto; expurgai as impurezas o máximo possível. Assim vosso trabalho será recompensado” (*S. PAULO*, 1936, ano 1, n. 6).

[v] O termo fotomontagem foi cunhado a partir da ideia do artista *foto-montador* que trabalhava como operário na linha de montagem industrial, que se relaciona com o universo da máquina e da arte. O termo surgiu na segunda metade da década de 1910 e diferencia-se da colagem cubista pelo uso da fotografia na composição. Tanto para Annateresa Fabris (2003) quanto para Mariana Takami (2008) a utilização política da fotomontagem iniciou-se na contrapropaganda nazista, mas no contexto da revista *S. Paulo* vemos que a utilização da fotomontagem serviu não para a contrapropaganda, mas para a propaganda política do estado paulista.

[vi] Fernando de Azevedo faz uma excelente Conferência no Rio de Janeiro em 17 de agosto de 1933, por iniciativa da Associação de Professores Primários e da Liga de Professores e sob o patrocínio da Diretoria Geral de Instrução e publicado no volume *A Educação e seus problemas* em 1937. Nesta conferência, Fernando de Azevedo levanta considerações sobre o ensino direcionado para as populações rurais que ainda hoje são motivos de debates.

BIBLIOGRAFIA BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. 5ª Ed. São Paulo: Editora representativa, 1999. 361 p. RICARDO, Cassiano. *Martim Cererê*. São Paulo: Editorial Hélios LTDA, 1927. CHARTIER, Roger. *História cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Difel-Bertrand, 1990. 239 p. LACAPRA, Dominick. Repensar la historia intelectual y leer textos. In: PALTÍ, José Elias. "Giro Linguístico" e história intelectual. Buenos Aires: Quilmes, 1998. p.237-293. CALDART, R. A escola do campo em movimento. In: ARROYO, M.G.; CALDART, R.; MOLINA, M. Por uma educação do campo. Petrópolis: Vozes, 2004. BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994. 1928 p. FABRIS, Annateresa. *A fotomontagem como função política*.

Disponível em:

<[http://](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-9074203000100002&script=sci_arttext)

[www.](http://www.scielo.br)

[scielo.br](http://www.scielo.br)

[/scielo.php](http://www.scielo.br/scielo.php)

[?](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-9074203000100002&script=sci_arttext)

[pid=S0101-9074203000100002&script=sci_arttext>](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-9074203000100002&script=sci_arttext)

Acesso em: 08/04/2015 TAKAMI, Marina Castilho. *Fotografia em marcha: revista S. Paulo – 1936*. 2008. 247 f. Dissertação (Estética e História da Arte) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. AZEVEDO, Fernando. *A educação e seus problemas*. 3ª edição. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1952. 262 p.

[1] O termo bandeirista pode ser confundido com intelectuais que estudam as expedições que adentraram o interior da colônia portuguesa no século XVII em busca de indígenas para serem escravizados e pedras preciosas, mas quando esse termo aparecer nesse texto ele tem o mesmo valor de "novos bandeirantes", ou seja, ele fará referência aos integrantes do Movimento Bandeira.

[1] A revista *S. Paulo* circulou em 1936 sob a direção de Cassiano Ricardo, Menotti del Picchia e Levém Vanpre. O mensário foi impresso pela gráfica de Romiti e Lanzara, com fotografias de Theodor Pressing (1883-1962) e Benedito Junqueira Duarte (1910-1995), e contava com a colaboração de Lívio Abramo (1903-1992) na produção gráfica, J. T. W. Sadler na tradução para o inglês, Osmar Pimentel (1912-1969) e Francisco de Castro Neves (1914-1974) como redatores.

[1] Esse jornal foi dirigido por Cassiano Ricardo, Menotti del Picchia e Candido Motta Filho entre junho e setembro de 1937 e contava com a colaboração de Osmar Pimentel como redator principal, Guilherme Figueiredo (1891-1997) como crítico literário e Belmonte (1891-1997) como ilustrador. [1] Em outra reportagem, os redatores parabenizam os "cuidados que os lavradores paulistas dispensam" a sua produção, quer "na colheita, quer na secagem, quer na exportação" (*S. PAULO*, 1936, ano 1, n. 8). A reportagem "Cafés finos" sugere uma espécie de "oração religiosa"

que o produtor deveria repetir: "Cafeicultores do Brasil! Cuidai de colher em boas condições; vigiai com o máximo cuidado os trabalhos no terreiro ou nos secadores; atentai em que a máquina esteja bem regulada, para que os trabalhe sem prejudicar o produto; expurgai as impurezas o máximo possível. Assim vosso trabalho será recompensado" (*S. PAULO*, 1936, ano 1, n. 6). [1] O termo fotomontagem foi cunhado a partir da ideia do artista *foto-montador* que trabalhava como operário na linha de montagem industrial, que se relaciona com o universo da máquina e da arte. O termo surgiu na segunda metade da década de 1910 e diferencia-se da colagem cubista pelo uso da fotografia na composição. Tanto para Annateresa Fabris (2003) quanto para Mariana Takami (2008) a utilização política da fotomontagem iniciou-se na contrapropaganda nazista, mas no contexto da revista *S. Paulo* vemos que a utilização da fotomontagem serviu não para a contrapropaganda, mas para a propaganda política do estado paulista. [1] Fernando de Azevedo faz uma excelente Conferência no Rio de Janeiro em 17 de agosto de 1933, por iniciativa da Associação de Professores Primários e da Liga de Professores e sob o patrocínio da Diretoria Geral de Instrução e publicado no volume *A Educação e seus problemas* em 1937. Nesta conferência, Fernando de Azevedo levanta considerações sobre o ensino direcionado para as populações rurais que ainda hoje são motivos de debates.

* Doutor em História pela Universidade Federal de Goiás, atualmente é professor do curso de Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal do Tocantins-Arraias e líder do Grupo de Estudos sobre Sertão, Povo e Educação (GESPE). E-mail: george.coelho@hotmail.com

. Esse artigo é resultado de pesquisas desenvolvidas junto ao Grupo de Estudo sobre Sertão, Povo e educação (GESPE) coordenado pelo Prof. Dr. George Leonardo Seabra Coelho e as atividades desenvolvidas pelo Curso de licenciatura em educação do Campo da Universidade Federal do Tocantins-Arraias.

Recebido em: 06/07/2016

Aprovado em: 06/07/2016

Editor Responsável: Veleida Anahi / Bernard Charlort

Metodo de Avaliação: Double Blind Review

E-ISSN:1982-3657

Doi: